

## | UM SILÊNCIO DESCONCERTANTE:

### A Homossexualidade Permanece Invisível na Escola

NETO, Luiz Ramires<sup>1</sup> - USP

GE: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Nos últimos anos, muitos foram os estudos realizados no campo educacional que colocaram em relevo as desigualdades sociais, fossem elas de classe, raciais ou de gênero. Com caráter de denúncia e, não raro, buscando alternativas teóricas e práticas, tais análises apontaram para questões estruturais do ensino formal e de suas relações com a sociedade em geral, cobrando principalmente políticas públicas que operassem na contramão das injustiças sociais que o sistema educacional contribui para corroborar e reproduzir. Dentro deste contexto, segue ainda intocado o tema da homossexualidade, como variante possível e legítima da experiência sexual humana. Pesquisas e coletâneas que abordam ou abordaram as dificuldades de inclusões de segmentos inteiros da população passam ao largo da discriminação por orientação sexual, como é o caso da publicação organizada por Julio Groppa (1998) sob o significativo título de *Diferenças e Preconceitos na Escola*. Deste modo, pouco se sabe, por exemplo, a respeito do desempenho acadêmico, dos distúrbios disciplinares (sobretudo como vítimas de agressão verbal e física) e muito menos da evasão escolar associada aos estudantes homossexuais.

A perspectiva do presente estudo – ainda em progresso, em nível de mestrado – é, pois, tentar entender como a homossexualidade – enquanto prática associada a sujeitos sociais definíveis - se produz e reproduz no ambiente escolar. O ponto de partida e inspiração nos é fornecido por Agnes Heller em sua clássica reflexão sobre o dia-a-dia da vida humana, quando afirma que “o preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos” (Heller, 2000: 43). Deste modo, não se trata de ver nas atitudes preconceituosas o produto da idiosincrasia dos indivíduos tomados isoladamente (sua maior ou menor aceitação), mas como resultado de processos coletivos mais amplos e difusos, porém socialmente determinados e, portanto delimitáveis e inteligíveis, que são constitutivos do próprio tecido social tal como o vivenciamos contemporaneamente.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação, na área temática Sociologia de Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Graduado em Filosofia pela FFLCH, USP.

Essa maneira de perceber, analisar e compreender e, em última análise, colaborar no sentido de combater o fenômeno social do preconceito desloca o olhar do indivíduo, pois não se trata simplesmente de convencer *pessoas* a mudarem seu modo de pensar e agir, mas de interferir na dinâmica que o repõe no meio social sem cessar.

O foco investigativo primordial é o de aquilatar a intensidade do fenômeno do ponto de vista de quem o vivencia diariamente. Dar voz a alunos homossexuais e apreender o modo como o preconceito se exerce na prática, as marcas indeléveis que deixa, as estratégias de ocultamento que suscita, as resistências que engendra. A premissa básica é a de que o interdito social às aproximações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo é um SUBPRODUTO – direto e inevitável – das relações de gênero da sociedade contemporânea que estruturam as posições sociais ocupadas por homens e mulheres de forma desigual e hierárquica, isto é, marcadas pela dominação. Por este prisma, todas as distinções por classe social, raça/etnia, origem regional, etc. são dimensões igualmente importantes e interrelacionadas. Ao recortar e ressaltar no social, a ótica de *gênero* e, mais precisamente, ao verificar nas práticas escolares a presença e ação efetiva de modelos masculinos e femininos dominantes, buscamos encontrar nesta lógica os princípios a partir dos quais se constroem, de um lado, as identidades homossexuais como “desvio” destas normas convencionais e, de outro, a sua estigmatização através da designação de um *locus* bem definido no imaginário social através de estereótipos depreciativos.

Tendo como marco histórico a revolta, em 1969, a invasão pela polícia do bar Stonewall Inn, em Nova York, o movimento homossexual organizado surge nos EUA e espalha-se pelo mundo colocando em cena um novo personagem urbano, o *gay*, portador de uma consciência influenciada pela luta feminista por igualdade. Colabora assim para a reviravolta nas relações de gênero e na redistribuição dos papéis sexuais, tirando a sexualidade do privado e lançando-a no espaço público, fenômeno que Anthony Giddens (1993) denominou “sexualidade plástica”. No Brasil, inspiradas nas manifestações realizadas nas principais cidades americanas e européias, surgem as Paradas do Orgulho GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), que reúnem milhares, ganhando visibilidade na mídia. Contudo, delas praticamente não se fala nas salas de aula. A homossexualidade permanece oculta na escola, vindo à tona somente nos casos de violência ameaçada ou perpetrada, quando um estudante se revela ou é considerado gay ou lésbica pelos demais.

Difusa no corpo social, a discriminação aparece na família que hostiliza e, não raro, expulsa o filho gay ou a filha lésbica, apoiada em concepções – religiosas ou médicas – que encaram a homossexualidade como pecado, contrária à natureza ou doença. Esse modo de ver tem conseqüências bastante funestas: estatísticas do Grupo Gay da Bahia, sistematizadas pelo

antropólogo Luiz Mott revelam a face brutal da homofobia, onde um homossexual é morto a cada dois dias no Brasil (ver Mott 2000, 2001, 2002).

Reconhecer pré-julgamentos não significa, automaticamente, estar livre deles, mas é um passo importante. E a escola demonstra, aqui, ser o espaço onde o preconceito se reproduz tacitamente, mas pode também agir como *instrumento* de sua superação. Contudo, este processo tende a ser visto em geral como atinente à esfera individual: é o sujeito singular que discrimina ou acolhe, o preconceito nunca é percebido como algo coletivo, como controle social. Por isso, talvez surpreenda mais a existência de crianças não preconceituosas de pais e mães e/ou docentes que o sejam.

Se o preconceito parece “pairar no ar”, merece atenção sua contrapartida num número cada vez maior de adolescentes que se assumem como gays ou lésbicas perante colegas de classe, professores e familiares. Esta atitude sugere haver uma postura ética mais incisiva – difundida por segmentos no interior da própria escola – que torna o aluno mais propenso a ser mais íntegro e verdadeiro e, portanto, não levar uma “vida dupla” (mostrar-se heterossexual publicamente e relacionar-se com outros do mesmo sexo em ambientes delimitados), ainda que o número dos e das que assim procede seja muito reduzido. Pode-se, no entanto, inferir neste os efeitos da luta por visibilidade movimento homossexual, abrindo espaço para a aceitação, sobretudo através do mercado – bares, lojas, produtos – cujo maior emblema é sigla *GLS* (gays, lésbicas e simpatizantes). Além disso, a Internet foi sem dúvida apropriada como poderoso incentivo à sociabilidade homossexual e, em particular, sobre os mais jovens, os quais impossibilitados de freqüentar os locais físicos por impossibilidade financeira, controle familiar ou desconhecimento dos caminhos de acesso, limitam-se aos espaços ditos *virtuais*.

\* \* \*

Ao longo da história humana, o sexo que não o realizado entre homem e mulher foi considerado, em geral, sob o seu aspecto físico ou biológico. Por não atender aos requisitos da reprodução da espécie e, por conseqüência, não assegurar a continuidade social através da família, a prática homossexual foi fortemente reprimida como pecado, como desvio e como doença. Nos dois primeiros casos, a perda da força das religiões como sistemas explicativos e organizadores da concepção do universo e da convivência humana, bem como o questionamento das normas morais por sua relatividade histórica, colaboraram para arrefecer a repressão aos homossexuais. Tanto no campo religioso quanto no moral, viam-se os atos homossexuais como resultantes de uma vontade malformada ou deturpada.

É do campo científico, contudo, que se extrai – até os dias de hoje – um conjunto de explicações que mantêm a homossexualidade como fenômeno patológico difícil de entender e lidar. Até o início da década de 1970, prevalecia a idéia de que a homossexualidade era um distúrbio psíquico. Nela, a inversão do objeto da libido, que “naturalmente” deveria dirigir-se ao sexo oposto) era atribuída – pela teoria freudiana – a uma fixação à fase anal do desenvolvimento sexual humano.

É somente em 1973 que a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade do rol das patologias psíquicas. Na base desta importante mudança no âmbito da ciência está a compreensão de que entre duas mulheres assim como entre dois homens pode existir afeto erótico. Ou seja, é possível não apenas desejar o contato físico com o outro do mesmo sexo biológico, mas também amá-lo ou amá-la por inteiro, como um ser humano integral. Este avanço conceitual introduz a noção da validade do desejo afetivo e sexual em toda sua amplitude e, assim, bissexualidade e homossexualidade passam o mesmo status de “normalidade” antes designada apenas à heterossexualidade, ainda que numericamente minoritárias.

Atendo-se a desdobramentos históricos dos últimos 150 anos, tal como nos mostrou Michel Foucault em *A História da Sexualidade*, percebemos um longo, tortuoso e contraditório trajeto que vai de meados do séc. XIX – quando o discurso da medicina se apropria da sexualidade e produz um novo tipo social, o homossexual – até o surgimento do movimento *gay* no final dos anos 1960. Para a discussão aqui proposta, vale destacar que, a partir das últimas três décadas do séc. XX, o panorama social no qual se travam as relações eróticas já dispõe de elementos suficientes para o questionamento da velha ordem afetiva e sexual. Decorrente do surgimento da pílula e outros métodos anticoncepcionais, o sexo desvencilha-se progressivamente e sem possibilidade de retorno de suas amarras reprodutivas. O prazer entra em pauta, ganha visibilidade. Está em curso, no silêncio dos quartos e, de alguma forma, espetacularmente nas ruas e locais públicos, uma verdadeira revolução sexual.

É, portanto, levando em conta estes **novos** significados e imagens atribuídos ao sexo e à vinculação humana dele resultante que pretendo entender o processo coletivo de formação de identidades propriamente homossexuais. Interessa particularmente captar e analisar de que maneira o e a adolescente, imersos neste novo contexto cultural que altera profundamente a percepção dos corpos, dos sexos e suas relações, extraem os elementos constitutivos de sua identidade, entendida aqui como o ponto de imbricação entre o eu e a sociedade. Contudo, ainda que vivido sob uma forte sensação psicológica de isolamento, e não raro, na clandestinidade, este processo não se reduz ao nível individual, razão que me permite advogá-lo aqui como objeto de

estudo sociológico. Faz parte da experiência pessoal da grande maioria de homossexuais – inclusive a do autor deste ensaio teórico – o momento *libertador* em que o indivíduo percebe que não está sozinho, não é o *único* diferente nesta condição. Ter os próprios sentimentos e desejos mais íntimos corroborados pelo contato – direto ou não – com outros semelhantes tem efeito duradouro de afirmação de si e empoderamento, abrindo novos horizontes ao comportamento individual e desembocando em possibilidades de ação coletiva.

Sobre o processo de constituição das identidades homossexuais na escola, indagamos em que medida estas podem ser sociologicamente estudadas. Ou, em termos mais amplos, é possível alcançar um **marco teórico geral** sobre a construção de identidades coletivas? E como lidar com um recorte específico, no os alunos e alunas homossexuais?

Estudar a identidade de um ponto de vista sociológico exige, de pronto, retirá-la do contexto onde se firmou, isto é, a psicologia e pede, ademais, uma definição mínima, ainda que provisória, do que entendemos por este conceito. Segundo o mais consagrado dicionário em língua portuguesa falada no Brasil, o *Novo Aurélio* (em sua versão online), obtemos o seguinte resultado:

**identidade** . [Do lat. tard. *identitate*.] S. f. 1. Qualidade de idêntico: Há entre as concepções dos dois perfeita identidade. 2. Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc. 3. O aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou conhecido: estabelecer a identidade de peças tombadas. 4. Cédula de identidade. 5. Alg. Mod. Elemento identidade. 6. Filos. Qualidade do que é o mesmo (q. v.). [Cf., nesta acepç., *alteridade*.] 7. (...).

Nas acepções recolhidas pelo dicionarista, percebemos que a primeira aproximação ao termo nos remete a noções de fixidez, a identidade sendo algo que se cristalizou e permanece igual a si mesmo no decorrer do tempo. A identidade, por esta via, é aquilo que permite perceber um objeto ou uma pessoa por suas características intrínsecas como também por sua semelhança ou dessemelhança em relação aos outros seres. Ela é, portanto, um feixe de atributos que torna algo ou alguém aquilo que é exclusivamente, na sua igualdade ou diferença perante os demais. Em suma, a identidade – para os humanos - aquilo que faz com que uma pessoa seja passível de ser *reconhecida* por si mesma e pelos outros e outras. Indicando-se e apresentando-se a si mesmos e aos demais por meio de palavras e imagens, os indivíduos anunciam a todo instante o caráter relacional da identidade. Ela revela *o que se é* tanto quanto *o que não se é*. Por se constituir sempre no intervalo e na distância entre dois ou mais seres, a identidade só pode ser pensada, observada e analisada no contexto de um determinado quadro de relações. À moda de

um diário pessoal, mesmo que guardado a sete chaves, a identidade só faz sentido diante porque seu conteúdo pode ser lido pelos outros.

Ora, mostrar que a identidade – como processo de reconhecimento próprio e alheio não restrito ao indivíduo – está inserida “até a medula” no social, não nos permite inferir *de per se* que ela possa ser apreendida de forma imediata, clara e inequívoca. Considerando-se que a finalidade última desta exploração teórica é o estudo das identidades no seio de uma sociedade complexa contemporânea e, portanto, internamente diversificada e conflituosa, há que se explicitar a natureza mesma das relações sociais que formam o chão deste processo. Sustento, portanto, que esta sociedade é por um lado cindida em classes sociais antagônicas e, por outro, que nela ocorrem fenômenos unificadores que buscam a sua coesão através do ocultamento deste antagonismo, isto é, a ideologia dominante, bem como fenômenos que expressam e realizam rupturas nesta pretensa unidade, na forma de embate e resistência.

Deste modo, pensar a identidade nos remete imediatamente às condições materiais dos grupos e classes no interior de uma sociedade, ao mesmo tempo em que nos leva à maneira como estes grupos e classes se representam para si mesmos e para os outros. A identidade não é, portanto, um elemento fixo e dado da estrutura social, mas o campo mesmo de disputa na produção e distribuição de bens materiais e simbólicos e, por extensão, na divisão do poder, do prestígio e do status social.

Dado esse quadro abrangente, como pensar que, no interior desta mesma sociedade, se possa distinguir um segmento que se aglutine em torno da sua identidade sexual destoante da maioria? É preciso refletir sobre o que significa tomar uma *orientação sexual* diversa como fator determinante na imagem que fazem de si e dos outros os sujeitos sociais. Esta diferença cria no social um *conflito a mais* nos embates entre conformismo aos padrões socialmente impostos e os elementos de resistência?

Há uma certa tendência, quando se estudam os homossexuais em qualquer tempo e lugar da história, a destacar neles uma certa *essência*, como se as práticas afetivas e sexuais entre indivíduos do mesmo sexo fossem ou tivessem permanecido as mesmas ao longo do tempo e das mudanças ocorridas a cada época histórica. Entretanto, salta aos olhos a impossibilidade de comparar a relação entre cidadãos adultos e jovens mancebos na Grécia Antiga e os casais homossexuais que hoje vivem juntos e lutam pelo reconhecimento jurídico de sua união civil. Estes relacionamentos só podem existir e, mais ainda, só podem ser compreendidos dentro do contexto social no qual ocorrem. Com o passar dos tempos, mudam não somente as práticas efetivas como também o significados, valores e regras a elas atribuídos. Pode parecer paradoxal, mas a verdade é que a regra elementar do acasalamento heterossexual, para ser quebrada, implica

na constituição de outras regras. E estes dois sub-sistemas normativos só fazem sentido e operam como pilares de um universo normativo que rege o corpo social tanto quanto os corpos individuais.

Trata-se então de apreender as relações entre indivíduos do mesmo sexo no presente momento histórico, mas sem jamais deixar de lado a pluralidade mesma destas relações e dos modos de ser vivenciada e expressa. Com isso quero dizer que há uma diferença substancial entre ser um ou uma homossexual nativo das camadas populares, dos extratos médios ou da classe dominante. De tal modo que, retiradas as suas determinações sociais, ainda que todos eles sujeitos a interditos e constrangimentos muito similares em função da orientação sexual divergente das regras convencionais, o termo “homossexual” é uma abstração sociologicamente vazia. Contudo, no discurso cotidiano, o termo certamente fará sentido seja como anátema, seja como elemento mobilizador do movimento social de luta pelos direitos das minorias sexuais. Eis-nos aqui diante de um nó, teórico mas com implicações muito práticas: o de evitar a generalização abstrata do homossexual enquanto categoria social definível em si mesma por práticas e estilos de vida externamente identificáveis (e no caso do Brasil urbano, claramente identificado às camadas médias das grandes cidades), perdendo de vista as relações de dominação de classe existente entre os próprios homossexuais.

Se é importante alertar para o risco mistificador da aproximação aos homossexuais apagando suas condições de vida antagônicas, é preciso, por outro lado, estar atento à mobilidade social destes grupos. Devido à ainda forte proibição das práticas homoeróticas e da dificuldade em se definir e/ou assumir-se como homossexual, ocorrem dois tipos de mobilidade geográfica. Um primeiro é facilmente percebido através da migração dos indivíduos do interior para os grandes centros urbanos. Buscando escapar do controle mais rigoroso exercido por comunidades menores onde predominam as interações primárias, os homossexuais tendem a se deslocar para as cidades maiores onde se sentem protegidos pelo anonimato. Um segundo fator de movimentação diz respeito ao surgimento, nos centros mais densamente povoados, de locais de encontro específicos que expressam o que Nestor Perlonguer denominou “nomadismo do desejo”. Estes dois vetores de movimentação colaboram no sentido de acentuar as relações entre indivíduos homossexuais de origens sociais bastante diversificadas. Por esta razão, o embate entre a identificação frente à discriminação vivenciada por todos e os diferentes níveis de cultura, escolarização, status e posição social também aparecerá marcará a experiência homossexual urbana.

## GÊNERO E IDENTIDADE

A compreensão da reprodução social a partir das relações de gênero é empreitada acadêmica relativamente recente. Enquanto categoria de análise, o conceito de gênero foi crucial para superar explicações que se atinham às relações de produção, isto é, econômicas. Na teoria marxista, por exemplo, as classes sociais – e o embate entre elas – formam o elemento histórico determinante, produzem a própria história. Mas qual o papel de categorias como etnia e gênero e seus efeitos causais sobre a realidade social? Segundo Joan Scott (1990), a abordagem exclusiva das desigualdades de classe não dá conta do gênero, pois a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e não se extinguiu no socialismo. Classe e gênero interagem para produzir contextos sociais e históricos específicos, mas é possível e pertinente destacar analiticamente os significados relativos às diferenças socialmente construídas entre os sexos, resgatando sua autonomia relativa.

Como alerta Joan Scott (1990), a linguagem também é fundamental na construção das identidades generificadas, isto é, definidas de acordo com o gênero:

*O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais os conceito de gênero legítima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.*

Teórico da ação coletiva, o sociólogo Alberto Melucci sustenta em *O Jogo do Eu*, que a identidade deve ser vista como um processo e não como um dado. Quer dizer com isso ela é um equilíbrio, sempre instável, cujos “parafusos de ajuste” permanecem frouxos, conferindo-lhe flexibilidade. Para o autor, o entendimento dos símbolos que codificam as identidades remete ao elevado grau de diferenciação e incerteza, característicos das sociedades ditas complexas contemporâneas. Tais símbolos expressam diferentes regras, valores, linguagens e lógicas numa tensão permanente entre a **auto e a hetero** identificação, isto é, o modo como o sujeito vê a si mesmo e como é visto pelos outros. Assim, ainda que escondendo dos demais o que sente, o sujeito homossexual retira do meio em que vive o estofado que utiliza para estar no mundo: a regra explícita de que os seres humanos se atraem, se interessam e se acasalam, seja temporária na paquera ou no namoro seja definitivamente no casamento, em pares constituídos por sexos opostos. A violação desta norma – firmemente fundada nas relações de gênero que distintamente atribui poder, define papéis, confere direitos a homens e mulheres – coloca em risco os infratores, que são punidos com sanções variáveis: questionamento e ofensa ao caráter e



dignidade da pessoa, ridicularização, interdições de toda ordem, chegando inclusive a atos de violência física e até a morte. É no confronto latente com este ambiente de hostilidade generalizada que o sujeito constrói sua identidade masculina ou feminina. No caso dos adolescentes, esse processo se dá num momento em que diversos conflitos de outra natureza também irrompem. Chegar intacto ao final do mesmo é uma tarefa quase heróica.

Mas seria este processo vivenciado de maneira idêntica por todos os e as homossexuais? Minha postulação básica responde a esta pergunta com um não. Talvez possamos sustentar, sem grandes hesitações, que em qualquer agrupamento humano, sempre haverá os e as que se sentem atraídos pelo menos sexo e, em decorrência, entabulam relações físicas e/ou afetivas. Contudo, o modo através do qual tais relações efetivamente ocorrem e adquirem sentido varia enormemente de uma sociedade para a outra e, no interior de uma delas, de um período histórico para outro. Por isso, há que se circunscrever o campo teórico e prático desta investigação: estamos falando aqui da experiência homossexual no contexto brasileiro urbano de fins do século XX e início do terceiro milênio, ainda que para situá-lo e entendê-lo mais plenamente se faça necessário recorrer a outras épocas e países.

O vínculo amoroso humano é um elemento constitutivo de nossa maneira de estar no mundo e que suas possibilidades e limites são historicamente dadas (e localizáveis) aos membros de um determinado meio social. Ainda segundo Melucci, há uma *verticalidade do eu*. O contexto social histórico do qual todo indivíduo é, simultaneamente, herdeiro e fruto, exige autonomia – ainda que relativa – do sujeito, e esta se ancora na capacidade reflexiva. O jogo vivido por cada um se dá no espaço entre as alternativas possíveis e os limites impostos, em todos os aspectos da vida: tanto nas redes de socialização primárias (como a família e a escola) quanto no universo público do trabalho, da política e do lazer. Trata-se de um eu entrecortado por múltiplas dimensões.

Assim, desvelar a constituição de uma identidade propriamente homossexual de uma aluna ou aluno é compreender como as relações entre pessoas do mesmo sexo se formam, se mantêm e/ou se transformam no universo educacional. Em suma, os indivíduos – sejam eles homo ou heterossexuais – partilham significados e valores com os quais organizam seu modo de ver a si e a outro, o corpo e as práticas afetivas e sexuais. Dada a complexidade e diferenciação interna mencionada acima, é importante destacar que este “território” é o campo de batalha entre símbolos em permanente luta por aceitação e reconhecimento. E aqui, será necessário introduzir o papel de dois movimentos sociais – o feminismo e movimento GLBT – nas agudas transformações ocorridas nas últimas décadas em relação à percepção da igualdade e da diferença entre os sexos, bem como do lugar, dos direitos e dos deveres atribuídos aos mesmos.

A configuração do eu se dá na intersecção dos conflitos sociais – materiais e simbólicos, pois o indivíduo não se esgota no “eu unitário”, o que nos conduz a uma fenomenologia da vida cotidiana, motivo pelo qual, um estudo qualitativo se impõe a esta investigação. Ela mostrará, ao final, a estruturação do eu numa sociedade agem constantemente para desestruturar os sujeitos, numa tensão entre o que constrói e o que constrange.

Da mesma forma que podemos pensar que a fome ou a sede são necessidades primárias, mas que só podem ser plenamente compreendidas no social, como evidencia a letra da canção dos Titãs “você tem sede de que? Você tem fome de que?” Uma mesma carência, básica e universal, pode ser satisfeita através de uma infinidade de possibilidades, expressas de maneiras também variadas. Além disso, como nos lembra Melucci, “não existe necessidade biológica que não seja organizada no interior de uma linguagem e de relações sociais. Toda necessidade é uma construção interpessoal.”

Assim, o jogo da construção do eu é relacional, pois não pode acontecer sem a existência de um outro, que difere e se separa do eu. Neste processo, os elementos se dividem entre os que são irreduzíveis ao sujeito e os que se localizam no outro. Portanto, identidade e diferença são os dois lados de uma mesma moeda. A identidade traz a dimensão interior e reflexiva, a diferença porta a exterioridade. Mas só existem e fazem sentido na relação que estabelecem entre si.

Vale lembrar aqui, no entanto, que no senso comum – sobretudo no meio educacional -, tem certo apelo e força o paradigma funcionalista que encara a identidade como o resultado de uma dinâmica constante e fechada, pela qual o indivíduo assimila forma e no conteúdo que lhes são passados pelo meio social, em particular as instituições. Assim, na escola é bastante comum encarar o aluno e a aluna que não se coaduna com determinados procedimentos como aquele ou aquela que não foi capaz de interiorizar a contento as normas e modelos que valem para todos. Não é, portanto, casual que professores e diretores sejam os primeiros a lidar com o descumprimento de regras como *desvio*, palavra que se tornou forte demais e foi substituída pelo termo politicamente correto: problema. O que é um estudante problemático senão aquele que não alcança o que todos os outros conseguem realizar? A identidade é vista aqui como algo fixo, assim, tudo o que diverge ou não se encaixa gera preocupação ou, mais ainda, é motivo de uma ação corretora que visa um retorno ao trilho comum seguido pela maioria.

Seja como for, a produção da subjetividade se dá a partir das relações sociais. Na medida em que estas se tornam complexas e intrincadas, darão surgimento a novas maneiras de ver a si e ao outro, isto é, novas identidades. Mas estas, sendo o fruto de processos coletivos, não podem ser reduzidas ao somatório das identidades individuais. Numa perspectiva propriamente sociológica, uma identidade delimita as possibilidades de ação dos indivíduos e dos grupos,

fornecendo-lhes as fronteiras dentro das quais escolhas podem ser cogitadas, expressas e realizadas.

### **A POSIÇÃO SOCIAL**

Ao buscar descrever e analisar a construção de identidades, corre-se o risco de tratar as interações no nível puramente simbólico, ignorando as determinações sociais de classe. A esse respeito, diz Bourdieu:

*“Uma classe não pode jamais se definir apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, (...) Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com essa posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos lingüistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural. De fato, essa “expressão sistemática” (...) dependem das atitudes que os agentes desenvolvem para se apropriar dos modelos de transmutação das diferenças em distinções, transmutação esta que depende principalmente da educação dos agentes e, portanto, de sua condição e de sua posição estrutural.” (BOURDIEU, 1982:14)*

Bourdieu nos lembra, em primeiro lugar, que, ainda que os alunos possam ser tomados como homogêneos do ponto de vista social, os significados que atribuem aos sexos e as condutas que validam ou interdita para homens e mulheres devem obrigatoriamente ser apreendido no seu contexto específico de inserção na sociedade. Vale dizer que as relações de gênero que acionam em suas falas e atitudes cotidianas são parte de um conjunto mais amplo, sistêmico, que as organiza. Numa palavra, as interações com seus significados e valores, isto é, simbólicas, não podem ser separadas da estrutura social.

Para compreender da identidade dos alunos homossexuais, como inferência da leitura de Bourdieu, é preciso localizar nas falas e nas condutas cotidianas concretas de que maneira o mundo social destes reparte e atribui papéis e funções a homens e mulheres e como repressende as infrações a tais normas e modelos. Da apreensão e execução adequada destes depende o prestígio de cada um. Vale dizer, o prestígio social que um indivíduo detém forma um sistema relativamente autônomo, dotado de uma lógica própria que rege estas relações simbólicas. A título de exemplo, citamos a escolha da profissão, o estilo de vida, os locais de sociabilidade, as práticas esportivas ou artísticas, os hábitos de lazer e entretenimento, etc. No aspecto afetivo e

sexual, expressam regras e proibições – explícitas ou veladas – que regulam os vínculos amorosos possíveis e os interditados em termos de acasalamento.

O desafio de trabalhar, simultaneamente, com as categorias de classe e gênero não é nada fácil, adverte-nos a historiadora Joan Scott. Mesmo não havendo unanimidade no entendimento do conceito de classe, este evoca minimamente uma causalidade econômica com o qual se pode observar a realidade social. No célebre texto “Gênero uma categoria útil de análise histórica” (1995), Scott afirma que “não existe nenhuma clareza ou coerência deste tipo para a categoria de raça ou gênero” (p. 73) e mostra como a despeito de esforços teóricos por parte de muitas feministas, falar de gênero ainda se restringe, muitas vezes, à mera descrição da situação e das relações entre os sexos. Para Scott, a abordagem descritiva não questiona os conceitos dominantes, não se trata simplesmente de mostrar o que ficou escondido, por exemplo a “história das mulheres”, mas de recusar que seu lugar seja o do sexo e da família, excluindo-as das análises políticas e econômicas. E o que Scott problematiza quanto ao conhecimento histórico nos permite, analogamente, indagar num sentido propriamente sociológico: de que maneira o gênero dá sentido à organização e percepção que temos das relações sociais mais amplas? Como gênero entra na escola, interfere nas práticas educacionais cotidianas e é acionado no discurso e na ações?

Assim como ver o social na perspectiva de gênero não significa buscar e destacar onde estão as mulheres, entender um processo de identidade que se constrói fundamentalmente com base na *oposição* à heterossexualidade não é centrar a atenção somente naquilo em que gays, lésbicas e travestis diferem do padrão convencional em termos dos papéis que assumem na estrutura geral das relações sociais. Significa, ao contrário, abandonar as explicações biológicas para a subordinação das mulheres, ou genéticas para a preferência sexual “desviante” dos homossexuais. O termo “gênero” busca, ao contrário, indicar as construções culturais que cada sociedade cria, ao longo de sua história, como sendo a forma adequada de ser homem e de ser mulher. Refere-se pois à origem inteiramente social das identidades masculinas e femininas que são subjetivas, mas coletivamente constituídas.

### **RESITUANDO A MASCULINIDADE**

Se as relações de gênero são socialmente determinadas e conformam a maneira de perceber e posicionar os sexos no social, temos que concordar com Robert Connell quando afirma que “se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica” (1977:189) Na perspectiva do autor australiano, é preciso entender como se molda o gênero se pretendemos remoldá-lo, pois a hegemonia não é sinônimo de *totalitarismo de gênero*.

Para Connel, as masculinidades hegemônicas são produzidas juntamente e em contraste a maneiras de ser homem. Ele ilustra esta concepção com uma pesquisa que mostrou um grupo de jovens agressivos numa escola, que cultuavam o futebol e acirravam as disputas físicas. Na mesma instituição, era possível encontrar um outro grupo de rapazes dedicados aos estudos para os quais a competitividade se dava no âmbito puramente acadêmico. Por isso não se deve subestimar a energia, a atividade e a dimensão ativa de um indivíduo em crescimento, pois a masculinidade não é um dado, mas um projeto perseguido ao longo de muitos anos, com voltas e reviravoltas. Envolve tanto instituições (escola, mercado de trabalho) quanto forças culturais (comunicação de massa, religião e o feminismo). Connell vê neste processo um “caminho dialético”, situado entre a rebeldia contra as instituições e a aceitação da estampa que estas imprimem sobre os sujeitos.

O raciocínio que Connel utiliza para pensar que “a masculinidade é um projeto coletivo tanto quanto individual” (p. 191) nos permitindo ver, deste modo, como a masculinização do Estado e da gerência empresarial são produtos de uma ação coletiva, exercida e consolidada através de uma infinidade de práticas que excluem, subordinam ou marginalizam as mulheres, também pode ser utilizado para entender como a discriminação às relações homossexuais é a reafirmação de uma *determinada* maneira de ser homem (e, por analogia, mulher). Tanto num caso como no outro, a posição dominante do homem na ordem de gênero – seja em relação às mulheres sejam em relação aos homens *menos homens*, implica em visíveis e tangíveis vantagens materiais e psicológicas.

O feminismo assim como os movimentos de liberação gay, nos anos 60 e na década seguinte, produziram uma vigorosa crítica aos estereótipos convencionais dos sexos, mas especialmente das masculinidades convencionais (e portanto dominantes), denunciada como fonte de opressão. Representam uma aliança tácita que obteve vitórias significativas, com força suficiente para questionar aspectos elementares da política de gênero ainda que persistam seus fundamentos estruturais.

Examinando a política gay nos países do primeiro mundo, Connell vê nela uma via para contestar e desmontar as identidades como base para a construção de comunidades, ao invés de afirmá-las. Sustenta ser este um movimento criativo e forte na crítica cultural que visa desconstruir a masculinidade hegemônica. Adverte, no entanto, para o custo de enfatizar a diferença, pois, numa cultura patriarcal, tende a ser lida em termos hierárquicos onde o pólo masculino é sempre o superior. Desconfia assim da androginia, já que nela a ênfase recai nas atitudes, no simbólico, não atentando para as desigualdades materiais e de poder existentes no fosso que separa homens e mulheres assim como héteros e homossexuais. A solução, para

Connell, estaria em *recompor* os elementos de gênero ao invés de aboli-los, disponibilizando **todos** os símbolos e práticas de gêneros a todas as pessoas, expandindo as opções (p. ex. ciência e matemática como carreira possível e viável para as garotas), exercitando o aprendizado de se colocar no lugar do sexo oposto ou na pele dos que desejam e amam de forma diferente. Ou, nas palavras de Connell, “podemos rearranjar a diferença apenas se contestarmos a dominação. Assim, uma estratégia de re-composição exige um projeto de justiça social.” (p. 200)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, J. G. (1998) *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (orgs.) (1985) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. (1980) *Les Sens Pratique*, Paris, Ed. Minuit.
- \_\_\_\_\_. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.
- CHAUÍ, Marilena (198..) *Repressão Sexual: Esta Nossa (Des)Conhecida*. São Paulo: Brasiliense.
- CONNELL, R. W. (1977) “La Organización Social de la Masculinidad”, in *MASCULINIDAD/ES*, Poder y Crisis, Teresa Valdés e José Olavarría (eds.), Ediciones de las Mujeres, No. 24.
- COSTA, J. F. (1992) *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- FOUCAULT, Michel. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRY, Peter and MCRAE, Edward. (1983). *O Que é Homossexualidade*. Col. Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense.
- FRY, Peter. (1982) *Para Inglês Ver*. São Paulo, Brasiliense.
- GIDDENS, Anthony. (1993) *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP.
- GREEN, James N. (1999) *Beyond Carnival. Male Homosexuality in Twentieth-Century Brazil*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- KINSEY, Alfred C. (1940) *Sexual behavior in the human male*. Bloomington: Indiana Univ. Press.
- HELLER, Agnes. (2000) *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- LOURO, G. L. (1995) Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 101-112.
- MORENO, Montserrat. (1999) *Como se Ensina a Ser Menina. O Sexismo na Escola*. São Paulo, Moderna e Campinas, Editora da Universidade de Campinas.
- MOTT, Luiz. (2000) *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia.
- \_\_\_\_\_. e CERQUEIRA, Marcelo. (2001) *Causa Mortis: Homofobia*. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia.
- \_\_\_\_\_. CERQUEIRA, Marcelo e ALMEIDA, Cláudio. (2002) *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Salvador: Editora do Grupo Gay da Bahia.
- PICAZIO, Claudio. (2000) *Diferentes Desejos – Adolescentes Homo, Bi e Hetero Sexuais*. São Paulo, Summus.
- ROSEMBERG, F. (2001) “Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica”, *Educação e Pesquisa*. São Paulo: FEUSP.
- SCOTT, Joan. (1990) “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n. 2, pp. 5-22.

VIANNA, Claudia & RIDENTI, Sandra. (1998) “Relações de Gênero e Escola: das diferenças ao preconceito”, in AQUINO, Julio Groppa (org.) *Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus, p.93-106.